



Ministério da Integração Nacional
Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais
Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos
Coordenação-Geral de Acompanhamento, Avaliação e Análise

Parecer nº 036/CGAC/DFRP/SFRI/MI

Parecer referente ao Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos pelo FCO, exercício de 2016.

I. APRESENTAÇÃO

1. O presente Parecer é resultado do trabalho realizado pela Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional e tem como objetivo analisar e avaliar o Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2016, encaminhado pelo Banco do Brasil, em cumprimento ao disposto no art. 20 da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, o qual estabelece que “os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos”.

2. Inicialmente, vale lembrar que as diretrizes básicas que orientam a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais estão estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827/89. Por sua vez, cabe ao Ministério da Integração Nacional, na forma do art. 14-A da referida Lei, definir as Diretrizes e Orientações Gerais para as aplicações dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

II. SÍNTESE DO RELATÓRIO EM APRECIÇÃO

3. O Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos, referente ao exercício de 2016, encaminhado pelo Banco do Brasil a esta Secretaria, possui as seguintes perspectivas:

II.1. Aspectos Gerais;

II.2. PNDR;

II.3. Sustentabilidade do Fundo.

II.1. Aspectos Gerais - a título de aspectos gerais, o Relatório destaca o que se segue:

4. As projeções de financiamento, com base nas Diretrizes e Prioridades do FCO para o exercício 2016, foram elaboradas inicialmente considerando o montante de R\$ 5,9 bilhões.

5. No entanto, ao final do primeiro semestre de 2016, tendo em vista a nova previsão de ingresso de recursos no Fundo para o ano 2016, as contratações já realizadas em cada Unidade da Federação (UF), bem como as operações em fase final de contratação, o Banco realizou a reprogramação, elevando o valor previsto para aplicação de 5,9 bilhões para R\$ 6,9 bilhões, com nova distribuição por UF e Setor da Economia.

6. No que respeita à execução do orçamento no exercício de 2016, o Banco informa que efetivamente executou 106,2% do orçado, o equivalente a R\$ 7,3 bilhões.

7. Em relação aos financiamentos com recursos do FCO no ano de 2016, o Banco informa que foram contratados o montante de R\$ 4,4 bilhões, por meio de 29.051 operações de crédito, representando 63,7% do valor previsto para o ano (R\$ 6,9 bilhões), o que demonstra um desempenho inferior quando comparado ao exercício anterior, no qual foram contratados 88,0% do valor previsto para aquele exercício.

II.2. Perspectiva PNDR – no tocante à perspectiva da PNDR, que abrange, ainda, as Diretrizes e Orientações Gerais, as Diretrizes e Prioridades e a Programação do Banco, o Relatório apresenta o seguinte:

8. As contratações nos municípios tipificados pela PNDR como de renda estagnada e dinâmica, os quais são considerados prioritários na alocação de recursos do FCO, totalizaram R\$ 2,7 bilhões, em 20.772 operações de crédito, o que corresponde a 63,1% dos recursos totais aplicados na região em 2016, apresentando um desempenho acima da meta prevista na programação (57%).

9. Destaca, ainda, que os municípios que integram as áreas prioritárias da PNDR para financiamentos do FCO receberam atenção especial, são estes: os municípios da Mesorregião de Águas Emendadas, da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) e os que compõem a Faixa de Fronteira. Os municípios da Mesorregião de Águas Emendadas contrataram o valor de R\$ 509,7 milhões, o que representa 87,3% do montante previsto na Programação do Fundo para o exercício de 2016 (R\$ 584,1 milhões). As contratações na RIDE totalizaram R\$ 162,7 milhões, que equivale a 81,6% do valor programado para o exercício de 2016 (R\$ 199,3 milhões). Já as contratações realizadas por tomadores localizados nos municípios da Faixa de Fronteira somaram 770,0 milhões no exercício de 2016, representando 57,8% do total previsto para o exercício de 2016 (R\$ 1,3 bilhão).

10. Em relação às contratações por Unidades Federativas, o Banco informa que houve contratação com recursos do Fundo em todos os Estados da área de atuação do FCO, nos quais foram atendidos 465 dos 467 municípios que compõem a área de atuação do Fundo, com destaque para as contratações nos Estados de Goiás e Mato Grosso que juntos foram responsáveis por financiamentos equivalentes a R\$ 3,2 bilhões, correspondendo a 74,4% dos recursos aplicados pelo Fundo no período.

11. No que tange ao limite mínimo de 15% para contratação por UF, estabelecido nas Diretrizes e Orientações Gerais para o FCO, o Banco informa que apenas as contratações no Distrito Federal não atingiram o mínimo de aplicação, onde foi aplicado 6,1% em 2016.

12. Com relação às contratações por setor assistido, destaca o Banco que o maior volume de contratação se deu no setor Rural que contratou R\$ 3,7 bilhões, com destaque para a linha de financiamento “Desenvolvimento Rural” – que contratou R\$ 2,6 bilhões, em 12.420 operações contratadas e Pronaf que, em 13.836 operações contratadas, aplicou R\$ 814,5 milhões. Já as menores contratações foram registradas no Setor Empresarial que contratou R\$ 638,9 milhões, 23,1% da meta estabelecida para o exercício de 2016.

13. No tocante às contratações realizadas por linha de financiamento, o Banco destaca que a maior parcela de recursos financiados foi para a linha de Desenvolvimento Rural

Fig 2

com R\$ 2.654,2 milhões contratados, o equivalente a 60,9% do total aplicado pelo Fundo no exercício, seguida da linha de Pronaf Demais que contratou o total de 788,8 milhões, equivalente a 18,1% dos recursos totais aplicados, por meio de 12.576 operações, que representa 43,3 do total de operações contratadas pelo Fundo no ano de 2016 (29.051).

14. No que se refere às contratações por porte do tomador, destacam-se os tomadores de Menor Porte (mini/micro, pequeno, pequeno-médio, inclusive empreendedores individuais) que juntos contrataram R\$ 3,5 bilhões, o que representou 79,6% do valor total de recursos do FCO aplicados no exercício de 2016, índice superior à meta para esse seguimento que é de 51%.

15. Em conformidade com art. 9ª da Lei nº 7.827/89, o Banco do Brasil efetuou transferências às instituições operadoras do repasse no montante de R\$ 184,4 milhões, ou seja, apenas 38,6% do valor que o Banco poderia repassar àquelas instituições financeiras (R\$ 481,0 milhões), que representa os 7% do total previsto, conforme dispõe a Programação de Aplicação do FCO para 2016. O que demonstra a necessidade de o Banco do Brasil intensificar ações juntos às instituições que operam esses recursos em busca de uma maior aplicação.

16. Em relação às contratações por faixa de valor, no exercício de 2016, o Banco informa que a maior demanda por crédito do FCO ocorreu para projetos na faixa de valores acima de R\$ 35,0 mil até R\$ 100,0 mil, os quais contrataram no período 14.239 operações, equivalentes a 53,7% das operações contratadas.

17. O Banco destaca que o ticket médio global das contratações do FCO em 2016 foi de R\$ 149,9 mil. Um aumento de 50% em relação ao exercício anterior que foi de 99,7 mil. O que representa uma maior concentração do crédito. Considerando apenas as contratações com os tomadores de menor porte, essa média reduz para R\$ 125,8 mil por operação.

18. Por fim, nesta perspectiva, outro ponto que merece destaque no Relatório do Banco é a informação de que no exercício de 2016 foram realizadas 8.330 operações com novos beneficiários, atingindo o montante de R\$ 1,1 bilhão, o que representa 28,7% do total das contratações, resultado superior à meta de 20% estabelecida pelo Condel/Sudeco.

II.3. Sustentabilidade do Fundo – nesta perspectiva, que aborda a gestão do Fundo em consonância com a PNDR, aspectos da carteira do Fundo, bem como informações relacionadas aos aspectos econômico-financeiros e o balanço patrimonial, o Relatório traz os seguintes informes:

19. Nas aplicações com recursos do Fundo, o Banco informa que foram consideradas prioritárias as atividades propostas pela SUDECO, com base nas sugestões das UFs e aprovadas pelo Condel/Sudeco, dentre elas destacou:

- a) projetos de apoio a mini, pequeno e pequeno-médios tomadores, inclusive de apoio aos empreendedores individuais e à agricultura familiar, para os quais o Fundo destinou 79,6% do total contratado;
- b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda, os quais estimaram que, em 2016, o número de empregos gerados e/ou mantidos em decorrência das aplicações com recursos do FCO atingiu o quantitativo de 563,2 mil;
- c) projetos que contribuem para a redução das desigualdades, com destaque para os recursos aplicados nos espaços prioritários da PNDR, retro mencionados;

20. No que se refere à gestão do Fundo pelo Agente Operador, ainda numa visão de sustentabilidade, o Banco sublinha o relacionamento com o Ministério da Integração Nacional, o Condel/Sudeco, os Governos Estaduais e com o DF, bem como outros parceiros relevantes na divulgação do FCO, com o objetivo de tornar mais efetiva a aplicação dos recursos do Fundo, cujas ações principais destacamos:

- a) para divulgação: assinatura de termos de cooperação, participação em feiras e exposições, articulação junto a entidades de classe, federações e associações;
- b) para estimular o atendimento: disseminação de informações sobre as linhas de financiamentos do FCO junto às entidades de classe, federações e associações; reuniões com empresas de consultoria e assistência técnica para a disseminação de das linhas de financiamento do Fundo; prestação de atendimento especializado às demandas de propostas priorizadas pelos CDEs; etc.

21. Na sequência, a respeito da composição da Carteira do Fundo, o Banco informa que ao final do exercício de 2016, a carteira total apresentava o montante de R\$ 22,5 bilhões, sendo R\$ 15,0 bilhões de contratações com o setor rural. A inadimplência geral das operações atingiu o valor de R\$ 166,2 milhões, representando 0,7%. Esse índice foi superior ao constatado no mesmo período do exercício anterior que foi de 0,4%.

22. Com relação às demonstrações financeiras do Fundo, o FCO, em 2016, fechou com lucro de R\$ 109,4 milhões e no acumulado os lucros do Fundo chegam a R\$ 2,2 bilhões. O Patrimônio Líquido (PL) aumentou 11,3% em relação ao exercício anterior, fechando em R\$ 25,1 bilhões, o que representa 28,8% do PL do Banco (R\$ 87,2 bilhões).

III. ANÁLISE SOBRE OS RESULTADOS OBTIDOS

23. Para se analisar os resultados obtidos pelo Banco do Brasil na operacionalização dos recursos do FCO, se faz necessário observar, principalmente, a Programação Anual do Fundo, elaborada pelo Agente Operador, em observância das Diretrizes e Orientações Gerais elaborados pelo Ministério da Integração Nacional.

24. Assim, as Diretrizes e Orientações Gerais para o exercício de 2016 foram definidas por meio da Portaria MI nº 201, de 28 de agosto de 2015, e alterada pela Portaria MI nº 71, de 20 de abril de 2016.

25. Já a Programação do FCO para 2016, foi aprovada pelo Condel/Sudeco por meio da Resolução nº 039/2015, com alterações realizadas por meio das Resoluções nºs 044, 046 e 048, ambas do ano de 2016.

26. Nesse sentido, para uma melhor compreensão, nossa análise está estruturada conforme abaixo:

- III.1.** Cenário Macroeconômico;
- III.2.** Execução Orçamentária do FCO;
- III.3.** Aderência à PNDR e Gestão Operacional do Fundo;
- III.4.** Estimativa de impacto com as contratações do FCO;
- III.5.** Aspectos Financeiros e Contábeis.

III.1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

27. De acordo com dados do Banco Central (BC), o saldo de todas as operações de crédito concedido pelos bancos caiu 3,5% em 2016, fechando o ano em R\$ 3,1 trilhões, o que correspondeu a 49,3% de todos os bens e serviços que o país produziu – o Produto Interno Bruto (PIB). Em dezembro de 2015, essa relação ficou em 53,7%.

28. Ainda de acordo com o BC, o saldo do crédito livre, em que os bancos têm autonomia para aplicar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros, chegou a R\$ 1,6 trilhão em dezembro, com queda de 4,9% em 12 meses.

29. No caso do crédito direcionado (empréstimos com regras definidas pelo governo, destinados basicamente aos setores habitacional, rural e de infraestrutura), o saldo chegou a R\$ 1,5 trilhão, com queda de 2% no ano.

30. Segundo análise do BC, "a contração do crédito em 2016 refletiu a retração da atividade econômica e seus impactos na demanda de consumo e investimento e o aumento da percepção de risco do sistema financeiro".

31. Ainda, corroborando com os dados do Banco Central, de acordo com o Indicador Serasa Experian de Demanda das Empresas por Crédito, houve recuo de 2,2% na procura empresarial por crédito em 2016, na comparação com o ano de 2015, atingindo o pior resultado da demanda das empresas por crédito dos últimos quatro anos.

32. Vale lembrar que o Indicador Serasa Experian da Demanda das Empresas por Crédito é construído a partir de uma amostra significativa de cerca de 1,2 milhão de CNPJ consultados mensalmente na base de dados da Serasa Experian. A quantidade de CNPJ consultados, especificamente nas transações que configuram alguma relação creditícia entre as empresas e as instituições do sistema financeiro ou empresas não financeiras, é transformada em número índice.

33. Além disso, no acumulado do ano de 2016, a Serasa Experian registrou que a demanda empresarial por crédito recuou em quatro regiões do país: Norte (-5,6%); Nordeste (-2,4%), Centro-Oeste (-2,3%) e Sudeste (-1,2%).

34. Na análise por porte, em 2016, a pesquisa Serasa apontou queda da demanda por crédito nas médias e grandes empresas foram de 12,0% (médias empresas) e de 10,4% (grandes empresas). Já as micro e pequenas empresas exibiram menor recuo na demanda por crédito no acumulado de janeiro a dezembro de 2016 frente ao mesmo período do ano de 2015 (-1,7%).

35. Ademais, em relação aos setores, a Serasa verificou uma queda na demanda por crédito em todos os setores econômicos pesquisados no acumulado do ano de 2016, na comparação com 2015: indústria (-5,0%), comércio (-3,6%) e serviços (-0,1%).

36. O reduzido patamar da confiança empresarial e as taxas de juros elevadas foram alguns dos motivos que pesaram negativamente sobre a demanda das empresas por crédito no ano de 2016, segundo economistas da Serasa Experian.

37. Nesse sentido, de acordo com todos os dados apresentados acima, que confirma a crise enfrentada pelo País, percebe-se que o ano de 2016 proporcionou enormes desafios aos Bancos na concessão de financiamentos.

III.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FCO

38. Em consonância com o artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, é fonte primária de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste os repasses efetuados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que corresponde a 0,6% dos recursos arrecadados de IPI e IR. Na programação de aplicação do Fundo para o exercício, além da previsão dos repasses da STN, soma-se os valores previstos para retornos dos financiamentos e as previsões de remunerações das disponibilidades do Fundo. Do total apurado, subtrai o saldo de recursos a liberar de contratações de exercícios anteriores e a previsão de despesas do Fundo para o exercício, que basicamente é composta pelo Del Credere, Bônus de Adimplência e Taxa de Administração.

39. Ao final de 2016, do valor orçado para o Fundo aplicar no exercício (R\$ 6,9 bilhões), o Banco informa que efetivamente realizou 106,2%, o equivalente a R\$ 7,3 bilhões.

40. Desse montante, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) repassou ao Banco,

por intermédio do Ministério da Integração Nacional, R\$ 2,4 bilhões para crédito ao FCO, valor 13,5% superior ao previsto para o ano que foi de R\$ 2,1 bilhões.

41. Com relação aos retornos de financiamento, que atualmente representam a maior fonte de recursos do FCO, esses tiveram um expressivo aumento de 46%, quando comparado ao exercício anterior, passando de R\$ 3,7 bilhões em 2015, para R\$ 5,4 bilhões em 2016.

42. No tocante à saída de recursos, que representam as despesas do Fundo, no exercício essas atingiram o montante de R\$ 1,3 bilhão, valor 9% menor do que o apurado em 2015 que foi de R\$ 1,4 bilhão.

43. No que se refere aos financiamentos com recursos do FCO no ano de 2016, foram contratados o montante de R\$ 4,4 bilhões, por meio de 29.051 operações de crédito, representando 63,7% do valor previsto para o ano (R\$ 6,9 bilhões), o que demonstra um desempenho inferior quando comparado ao exercício anterior, no qual foram contratados 88,0% do valor previsto para aquele exercício.

44. Esse baixo desempenho das contratações do Fundo no exercício pode ser atribuído à crise econômica que atingiu a Região e o País, impactando na confiança do empreendedor, fazendo com que a demanda por crédito sofresse queda, o que corrobora os dados apresentados pelo Banco Central e pela Serasa Experian, retro mencionados.

45. De acordo com o Banco do Brasil, “a redução observada nas contratações do FCO segue o movimento de queda na concessão de crédito observado em nível nacional, ocasionado pela redução da demanda devido à desaceleração da economia e da reavaliação e/ou adiamento das intenções de investimento por parte do setor produtivo”.

III.3. ADERÊNCIA À PNDR E GESTÃO OPERACIONAL DO FUNDO

46. Na aplicação dos recursos do FCO, o Banco do Brasil deve levar em consideração as Diretrizes e Orientações Gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, as Diretrizes e Prioridades definidas Condel/Sudeco e a Programação de Aplicação de Recursos do Fundo para o ano de 2016, todos em consonância com a PNDR.

47. Nesse contexto, as principais ocorrências verificadas na aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2016, conforme o Relatório do Banco, estão sintetizadas a seguir:

- a) Foram contratados no exercício R\$ 4,4 bilhões de um montante previsto de R\$ 6,9 bilhões, resultando em um índice de aplicação de 63,7%.
- b) Houve a contratação com recursos do Fundo em todos os Estados da área de atuação do FCO, nos quais foram atendidos 465 dos 467 municípios desses estados que compõem a área de atuação do Fundo.
- c) Destacam-se nessas contratações os Estados de Goiás e Mato Grosso que juntos foram responsáveis por financiamentos equivalentes a R\$ 3,2 bilhões, correspondendo a 74,4% dos recursos aplicados pelo Fundo no período.
- d) Em relação ao limite mínimo estabelecido nas diretrizes e orientações gerais do FCO de 15% para contratação por UF, o Banco não atingiu a meta no Distrito Federal (6,1%).
- e) No que se refere à destinação prioritária dos recursos aos tomadores localizados nos municípios prioritários da PNDR, aqueles classificados como de renda estagnada e dinâmica, o Banco destinou 63,1% dos recursos aplicados.
- f) No tocante ao setor assistido, o maior volume de contratação se deu no setor Rural que contratou R\$ 3,7 bilhões, com destaque para a linha de financiamento

“Desenvolvimento Rural” – que contratou R\$ 2,6 bilhões, em 12.420 operações contratadas e Pronaf, que em 13.836 operações contratadas aplicou R\$ 814,5 milhões.

- g) Destaque negativo fica para o Setor Empresarial que contratou apenas R\$ 638,9 milhões, 23,1% da meta estabelecida para o exercício de 2016, situação que pode ser explicada pelo cenário econômico-político que fez postergar decisões de investimento e impactou negativamente o crédito de longo prazo no sistema bancário nacional, conforme constatado nas pesquisas elaboradas pela Serasa Experian que apontou redução de 5,0% para este Setor no ano de 2016.
- h) Com relação às contratações por porte do tomador, destacam-se positivamente os tomadores de Menor Porte (mini/micro, pequeno, pequeno-médio, inclusive empreendedores individuais) que juntos contrataram R\$ 3,5 bilhões, o que representou 79,6% do valor total de recursos do FCO, aplicados no exercício de 2016, índice superior à meta para esses seguimentos que é de 51%.
- i) O limite máximo de 30% para contratação do FCO com o Setor de Comércio e Serviços vem sendo respeitado pelo Banco.
- j) Em conformidade com art. 9ª da Lei nº 7.827/89, o Banco do Brasil efetuou transferências às instituições operadoras do repasse no montante de R\$ 184,4 milhões, ou seja, apenas 38,6% do valor que o Banco poderia repassar àquelas instituições financeiras (R\$ 481,0 milhões), que representa os 7% do total previsto, conforme dispõe a Programação de Aplicação do FCO para 2016.
- k) No exercício de 2016, a maior demanda por crédito do FCO ocorreu para projetos na faixa de valores acima de R\$ 35,0 mil até R\$ 100,0 mil, os quais contrataram no período 14.239 operações, equivalentes a 53,7% das operações contratadas.
- l) O ticket médio global das contratações do FCO em 2016 foi de R\$ 149,9 mil. Um aumento de 50% em relação ao exercício anterior que foi de 99,7 mil. O que representa uma maior concentração do crédito.
- m) Considerando apenas as contratações com os tomadores de menor porte essa média reduz para R\$ 125,8 mil por operação.
- n) No exercício de 2016, foram realizadas 8.330 operações com novos beneficiários, atingindo o montante de R\$ 1,1 bilhão, o que representa 28,7% do total das contratações, resultado superior à estabelecida pelo Condol/Sudeco que foi de 20%.
- o) As propostas de financiamentos em andamento, no final de 2016, somavam R\$ 2,3 bilhões, referente a 6.770 propostas, sendo 3.308 do setor empresarial e 3.462 do setor rural.

48. O montante contratado pelo Fundo em 2016 sofreu decréscimo de 17,4%, haja vista que em 2015 foram aplicados R\$ 5,3 bilhões e em 2016 R\$ 4,4 bilhões.

49. Essa redução nas contratações pode ser, em boa parte, atribuída ao cenário macroeconômico vivido pelo país em 2016, onde se viu no mercado uma queda na demanda por crédito, justifica o Banco.

50. Em que pese que o FCO tenha aplicado apenas 63,7% dos recursos previstos para o exercício de 2016, percebe-se que o Banco observou as orientações trazidas pela PNDR, principalmente, no diz respeito a direcionar a maior parte dos recursos do Fundo aos tomadores localizados em áreas prioritárias, bem como aqueles de menor porte.

51. No que respeita às metas trazidas na Programação do Fundo, a grande maioria delas foi atendida, com exceção da aplicação mínima por UF, tendo em vista que o DF aplicou somente 6,1%, cuja meta era aplicar 19% dos recursos contratados pelo Fundo no exercício.

52. Por último, merece destaque as informações trazidas no Relatório, em que o Banco afirma que vem desenvolvendo ações para incrementar as contratações do Fundo, tais como: a articulação junto a entidades de classe, federações e associações para promover a divulgação das linhas do FCO; participação em reuniões ordinárias do CDEs com vista a prestar atendimento especializado às demandas de propostas priorizadas por esses conselhos; treinamento da rede de agências visando o melhor aproveitamento dos recursos e melhor direcionamento das linhas e programas do Fundo.

III.4. ESTIMATIVA DE IMPACTO COM AS CONTRATAÇÕES DO FCO

53. De acordo com o Relatório do Banco do Brasil, se considerado o período de 1989, data de início dos financiamentos do FCO, até junho de 2016, estima-se que o número de empregos gerados e/ou mantidos no Centro-Oeste, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa a 6.624,7 mil.

54. Ainda segundo o Banco, a partir dos dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, no exercício de 2016 estima-se em 563,2 mil o número total de empregos gerados e/ou mantidos na região (236,4 mil diretos e 326,8 mil indiretos).

55. A esse respeito, sugerimos recomendar ao Banco do Brasil a implementação de ferramentas/metodologias capazes de fornecer dados, de forma detalhada, que possibilite realizar simulações sobre os possíveis impactos e variações na estrutura produtiva da região de atuação do Fundo, tais como: incremento no valor bruto da produção regional, no Produto Interno Bruto (PIB), na geração de empregos e salários, e na arrecadação de tributos.

III.5. ASPECTOS FINANCEIROS E CONTÁBEIS

56. De acordo com as Demonstrações Financeiras do FCO do exercício 2016, o Fundo teve um superávit no período de R\$ 109,4 milhões e acumula lucros na ordem de R\$ 2,2 bilhões.

57. As receitas do FCO no exercício, compostas basicamente por rendas de operações de crédito, atingiram o valor R\$ 1,6 bilhão. Já as despesas totalizaram R\$ 1,5 bilhão, sendo que 85,3% desse valor refere-se a despesas com del credere (R\$ 1,3 bilhão).

58. As disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, totalizaram R\$ 3,0 bilhões no fim do exercício de 2016, o que equivale a um aumento de 619,9% em relação ao início do exercício (R\$ 486,7 milhões). Nesse ponto, a partir da constatação da elevação dos recursos em disponibilidade, torna-se imperioso recomendar ao Banco do Brasil que envide esforços no intuito de incrementar as contratações do Fundo a fim de evitar que recursos do Fundo restem sem aplicação.

59. No Balanço do Fundo de 31 de dezembro de 2016, os Ativos totais do FCO atingiram o total de R\$ 25,3 bilhões, representando um aumento de 11,7% quando comparado ao do exercício de 2015.

60. O Patrimônio Líquido (PL) do FCO, que corresponde ao saldo do exercício anterior acrescido das transferências do STN e do resultado do período, aumentou 11,3% em relação ao exercício anterior, fechando em R\$ 25,1 bilhões, o que representa 28,8% do PL do Banco (R\$ 87,2 bilhões).

61. Ao final do exercício de 2016, a carteira total do Fundo apresentava o montante de R\$ 22,5 bilhões, sendo R\$ 15,0 bilhões de contratações com o setor rural.

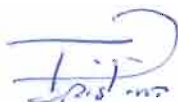
62. A inadimplência geral das operações atingiu o valor de R\$ 166,2 milhões, representando 0,7%. Esse índice foi superior ao constatado no mesmo período de exercício anterior que foi de 0,4%.
63. No Balanço, foi lançado como perdas, em de 2016, o valor de R\$ 391,6 milhões, sendo que, por serem de risco do Banco, R\$ 368,7 milhões foram devolvidos ao FCO, totalizando uma perda para o Fundo de R\$ 22,8 milhões.
64. Nesse mesmo período, constava no Balanço do FCO uma provisão para crédito de liquidação duvidosa o valor de R\$ 40,4 milhões.
65. Por fim, consta no Relatório que no exercício de 2016 o Banco do Brasil reprogramou dívidas do Fundo no montante de R\$ 66,6 milhões, sendo R\$ 37,9 milhões no âmbito do FCO Empresarial e R\$ 28,7 milhões do FCO Rural
66. Ressalta-se que as demonstrações financeiras do FCO foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes, que emitiu opinião favorável, em todos os aspectos relevantes, quanto à posição patrimonial e financeira do Fundo em 31 de dezembro de 2016.

IV. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

67. O Relatório Circunstanciado sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, referente ao exercício de 2016, apresentou o desempenho do Banco do Brasil na aplicação dos recursos do FCO, que conforme se observa mostrou-se alinhado às Diretrizes e Orientações Gerais, às Diretrizes e Prioridades Regionais e à Programação para Aplicação dos Recursos do Fundo, tudo isso em consonância com Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).
68. Nesse contexto, ao final do ano de 2016, verifica-se que o Banco cumpriu com a maioria das metas estabelecidas para aplicação dos recursos do Fundo, devendo ser ressaltado, mais uma vez, o bom desempenho do Banco ao direcionar 79,6% dos recursos aplicados no período aos tomadores de menor porte (mini/micro, pequeno, pequeno- médio, inclusive suas associações e cooperativas), superando o mínimo de 51% estabelecido a esses tomadores.
69. Cabe ressaltar, ainda, que o desempenho das contratações do Fundo nas áreas consideradas prioritárias, destacando as contratações nos municípios classificados como de estagnada e dinâmica, que juntos atingiram 63,1% (R\$ 2,7 bilhões) do total contratado pelo FCO no ano de 2016, acima da meta prevista que foi de 57%, o que demonstra que o Banco vem priorizando os municípios mais carentes da Região.
70. No entanto, em 2016, foram contratadas 29.051 operações, quantidade 45,1% menor do que em 2015 (52.900 operações). Igualmente, o montante contratado também sofreu decréscimo de 17,4%, haja vista que em 2015 foram aplicados R\$ 5,3 bilhões e em 2016 R\$ 4,4 bilhões.
71. Com relação às Demonstrações Financeiras, vale destacar o fato de o Fundo ter apresentado lucro no período (R\$ 109,4 milhões), tendo em vista que no exercício de 2015 fechou com prejuízo (R\$ 37,6 milhões).
72. Todavia, o FCO encerrou o exercício de 2016 com um saldo de disponibilidade de R\$ 3,0 bilhões, ou seja, um aumento de 619,9% em relação a 2015, o que demonstra a necessidade de ampliação das contratações, tendo em vista a necessidade de se buscar a aplicação plena dos recursos do Fundo.
73. Dessa forma, considerando as informações que nos foi dada a conhecer pelo Banco do Brasil, por meio do Relatório Circunstanciado das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo FCO, referente ao exercício de 2016, apresentamos ao Banco as seguintes recomendações:

- Promova ações no sentido de ampliar as contratações no Distrito Federal, com o objetivo de atingir a meta mínima de 15% de aplicação por UF;
- Promova ações, em articulação com a Sudeco, no sentido de ampliar a divulgação do FCO e estimular as contratações do Fundo, de modo que essa atuação possa contribuir para a aplicação plena dos recursos disponíveis;
- Avalie a conveniência e oportunidade, de implementar ferramentas/metodologias capazes de fornecer dados, que possibilite realizar simulações sobre os possíveis impactos e variações no valor bruto da produção da região, no Produto Interno Bruto (PIB), na geração de empregos e salários, e na arrecadação de tributos.

Brasília, 07 de julho de 2017.



IRIS CARLOS PINTO
Analista Técnico Administrativo

Senhora Secretária,

por estar de acordo com os termos do presente Parecer, submeto à apreciação de Vossa Senhoria,

Brasília, 07 de julho de 2017.



VICTORIA OLIVEIRA DÓPAZO ANTONIO JOSÉ
Coordenadora-Geral

De acordo.

Brasília, 07 de julho de 2017.



CILENE DE JESUS JARDIM DÓREA
Secretária Substituta